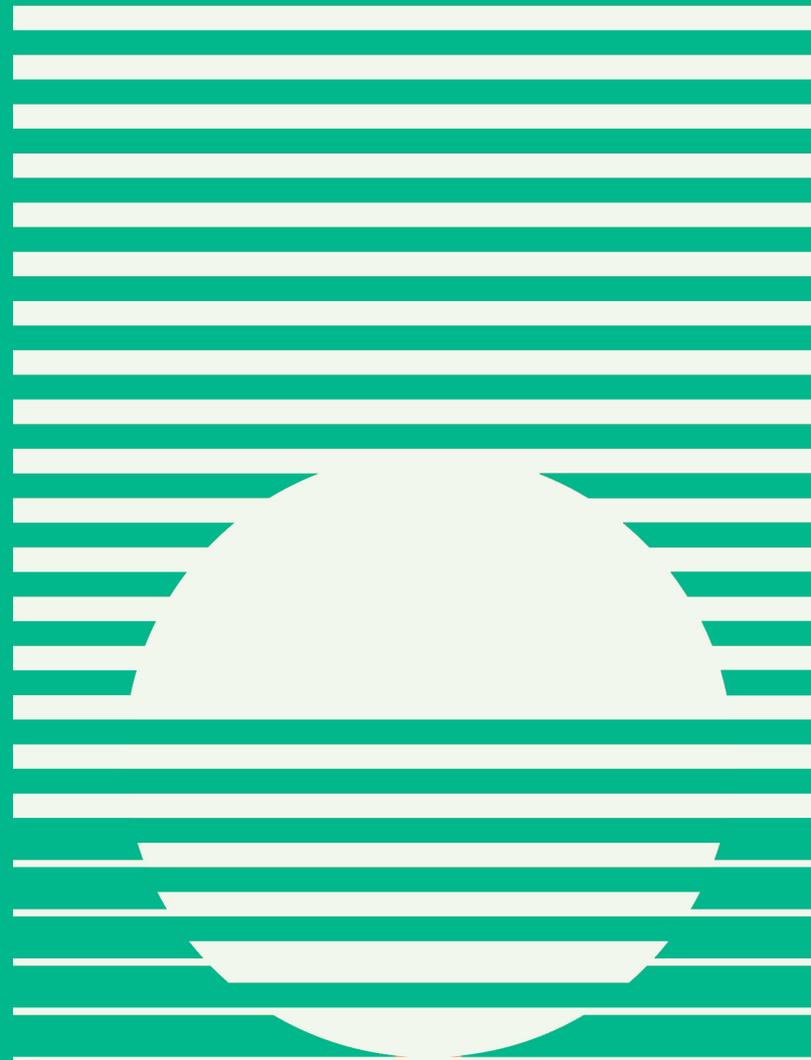


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



04
2018

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Juliana Pinto Lemos da Silva

Editor Adjunto: Diogo Ives de Quadros

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

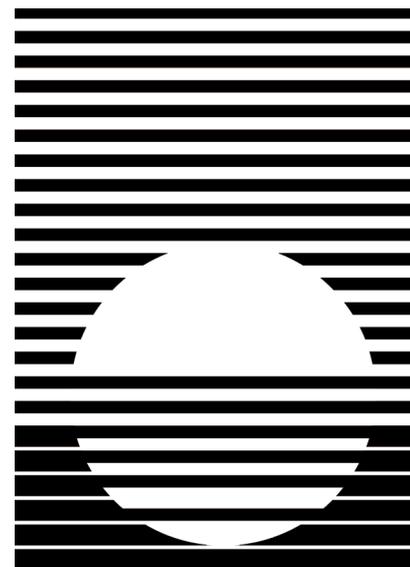
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Condenação do ex-presidente Lula gera impactos na Lava Jato e nas eleições
Migrações internacionais são destaque no Brasil e no Chile
Paraguai realiza eleições gerais

Página 05

Aumenta tensão na fronteira entre Equador e Colômbia, e negociação com ELN é interrompida
Seis países suspendem participação na UNASUL

Página 06

Combate à corrupção pauta a VIII Cúpula das Américas
BRICS organiza X Grupo de Trabalho Técnico Anual de Peritos Aduaneiros
Militarização da fronteira leva México e EUA a novo impasse

Página 07

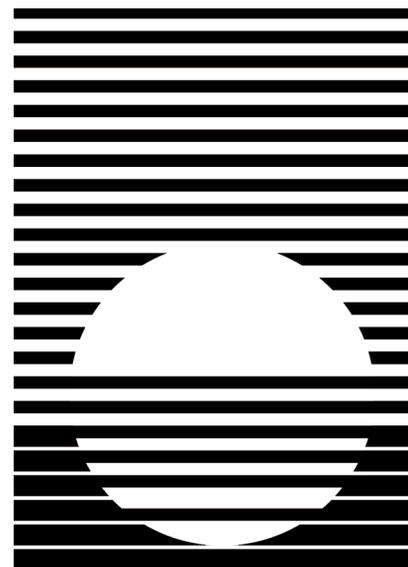
China anuncia criação de agência de cooperação
Turquia e Rússia anunciam construção da primeira central nuclear turca
Conflitos em Gaza e Palestina foram centro de tensões entre Israel e diversos atores

Página 08

Movimento dos Países Não-Alinhados realiza encontro ministerial
Panorama sobre migrações
Síria, Nicarágua e México em estado de alerta

Página 09

Gênero, mulheres indígenas e meio- ambiente



Condenação do ex-presidente Lula gera impactos na Lava Jato e nas eleições

Em janeiro de 2018, os desembargadores da 8ª turma do Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF-4) condenaram, por unanimidade, o ex-presidente Lula (PT) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além de pagamento de multa de 1400 salários mínimos. Tal condenação insere-se nas investigações da Operação Lava Jato e refere-se à denúncia de recebimento de propina proveniente da construtora OAS, para reserva e reforma de um apartamento triplex no Guarujá, em São Paulo, em troca de benefícios em contratos com a Petrobras. No dia 4 de abril, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido de habeas corpus a Lula, por 6 votos a 5, e o TRF-4 negou o último recurso de Lula na segunda instância. No dia seguinte, o juiz federal Sérgio Moro, responsável pela execução penal de réus da Lava Jato, decretou a prisão do ex-presidente. O juiz estipulou um prazo para a entrega voluntária de Lula, que permaneceu no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com aliados e milhares de apoiadores da sociedade civil. Após coletiva de imprensa, o ex-presidente entregou-se à Polícia Federal, para cumprir pena de 12 anos e um mês de prisão. O fato repercutiu na mídia local e internacional: na América do Sul, jornais de Uruguai, Argentina e Paraguai ressaltaram a tensão política no Brasil. No *Le Monde* da França, destacou-se a prisão de “um ícone da esquerda brasileira”. Os jornais *The New York Times* e *The Washington Post* também destacaram a prisão de Lula em suas coberturas. A condenação de Lula pode tornar o presidente inelegível pela Lei da Ficha Limpa, o que provocaria impactos no pleito presidencial de outubro, já que o ex-presidente aparece como favorito nas intenções de voto em todos os cenários.

Fontes: [G1](#), 04/04/2018; [G1](#), 05/04/2018; [BBC](#), 05/04/2018; [Exame](#), 05/04/2018; [Exame](#), 05/04/2018.

Migrações internacionais são destaque no Brasil e no Chile

No mês de abril, a imprensa brasileira deu destaque ao pedido do governo de Roraima, solicitado ao Supremo Tribunal Federal (STF), de fechar temporariamente a fronteira com a Venezuela. Segundo a governadora do estado, Suely Campos, a crise venezuelana levou a um aumento do fluxo migratório – entre 500 e 700 venezuelanos cruzam a fronteira diariamente – o que acarreta custos com os quais Roraima não vêm

conseguindo arcar. Por isso, pediu ao governo federal que repassasse recursos adicionais e reforçasse os controles policiais. Em resposta, o presidente Michel Temer e o ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, rechaçaram a ideia de fechamento da fronteira. Temer afirmou que essa proposta era incogitável, e que o governo federal já tomou medidas para tentar solucionar o problema migratório, como a criação de um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil, a emissão de carteiras de identidade de caráter provisório para os refugiados, e o envio de recursos e de pessoas que prestam assistência social aos venezuelanos. Aloysio Nunes reforçou essa posição, ao comentar que o governo está colaborando com o governo de Roraima, com as prefeituras e com a sociedade civil. No Chile, o tema das fronteiras também repercutiu na imprensa local. O governo chileno anunciou a proposta de uma nova política migratória, que estabelece vistos especiais para haitianos e venezuelanos – visto de turismo e visto de responsabilidade democrática, respectivamente. Além disso, houve mudanças institucionais, com a criação do Conselho de Política Migratória e o Serviço Nacional de Migrações, responsável pelo registro dos estrangeiros no Chile. O chefe do Departamento de Estrangeiros e Migração esclareceu que o objetivo da proposta é regularizar as condições dos imigrantes no país e que todos os cidadãos haitianos que viajarem ao Chile por razões familiares poderão solicitar vistos humanitários.

Fontes: [Emol](#), 10/04/2018; [El Mercurio](#), 10/04/2018; [Correio Braziliense](#), 13/04/2018; [Agência Brasil](#) 13/04/2018; [O Globo](#), 13/04/2018.

Paraguai realiza eleições gerais

Em 22 de abril de 2018, o Paraguai realizou eleições presidenciais e parlamentares. Na votação, Mario Abdo Benítez foi eleito como novo presidente do país. Filho do secretário particular do ditador Alfredo Stroessner, Abdo Benítez pertence ao partido conservador Associação Nacional Republicana, ou Partido Colorado, o mesmo partido político do atual presidente, Horacio Cartes. O candidato eleito obteve uma vantagem reduzida sobre seu opositor, tendo alcançado 46% dos votos, enquanto Pedro Efraín Alegre, da aliança de centro-esquerda, GANAR, obteve 42%. A oposição denunciou fraude no pleito eleitoral e se recusou a reconhecer os resultados até que fosse encerrada a contagem dos votos. O presidente eleito iniciará a transição com o governo de Cartes no próximo mês, e já citou o nome do

senador Luis Alberto Castiglioni como sua escolha para o Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, também ocorreram eleições parlamentares e para os governos dos 17 departamentos paraguaios. Em ambas, o Partido Colorado obteve ampla maioria. No Senado, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e a Frente Guasu ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugar em número de cadeiras. Os senadores e deputados eleitos tomarão posse no dia 1º de julho de 2018, enquanto o presidente assumirá em 15 de agosto de 2018.

Fontes: [BBC](#), 23/04/2018; [ABC](#), 23/04/2018; [La Nación](#), 24/04/2018.

Aumenta tensão na fronteira entre Equador e Colômbia, e negociação com ELN é interrompida

As últimas semanas foram marcadas por sucessivos episódios de violência contra equatorianos na fronteira com a Colômbia. Em 20 de março, uma bomba matou três militares e feriu outros sete que patrulhavam a região. Em 26 de março, uma nova bomba causou a explosão de um caminhão do Exército. Em 27 de março, três jornalistas foram sequestrados, o que gerou protestos de rua por todo o país que, entretanto, não evitaram que estes homens fossem encontrados mortos dias depois em território colombiano. Em 17 de abril, um casal foi sequestrado, permanecendo assim até o presente momento. O governo do presidente equatoriano Lenín Moreno classificou os ataques como atos de terrorismo, praticados por um grupo de narcotraficantes denominado Frente Oliver Sinisterra, liderado por um indivíduo conhecido como Guacho, e integrado por dissidentes das Farc que agora trabalhariam para o cartel mexicano de Sinaloa. Em troca do casal sequestrado, o grupo teria pedido a libertação de presos, e a passagem de drogas pelo rio Mataje. Moreno se recusou a negociar, e pediu auxílio ao G7, China, Espanha e vizinhos, além da Interpol e do órgão de combate às drogas do Departamento de Justiça dos EUA (DEA, em inglês) para solucionar o caso. Após conversas entre autoridades do governo e representantes do Southcom, órgão militar estadunidense que vigia a América do Sul, a América Central e o Caribe, Equador e EUA assinaram um memorando de entendimento para troca de informações de inteligência, assistência técnica e treinamento conjunto de militares e policiais. Em meio ao imbróglio, Moreno anunciou que o Equador deixará de ser a sede das negociações de paz do governo colombiano com o Exército de Libertação

Nacional (ELN), devido a atos de violência que a insurgência seguiria praticando no país vizinho.

Fontes: [El Mercurio](#), 18/04/18; [El Mercurio](#), 18/04/18; [El Tiempo](#), 18/04/18; [El Universo](#), 20/03/18; [El Universo](#), 25/04/18; [El Mercurio](#), 26/03/18; [El Comercio](#), 27/03/18; [El Telégrafo](#), 27/03/18.

Seis países suspendem participação na UNASUL

No dia 20 de abril, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru declararam a suspensão de suas participações na União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O documento assinado por estes países aponta a estagnação e a ausência de consensos no organismo como centrais para a decisão. Além disso, a vacância na função de secretário-geral desde janeiro de 2017, quando Ernesto Samper deixou o cargo, foi citada como um dos principais motivos. A carta fora destinada a Fernando Huanacuni, ministro das Relações Exteriores da Bolívia – país que, dois dias antes, havia assumido a presidência pró-tempore da organização. Ainda que a carta anuncie a suspensão por parte dos seis países, os últimos também manifestam o entendimento de que a organização tem de voltar a funcionar cumprindo seus objetivos principais: a construção da integração e de infraestrutura. Alguns países, como o Chile, adotaram posicionamentos mais pesados: Roberto Ampuero, chanceler do país, declarou que a instituição não ajuda a integração, e não é capaz de resolver os problemas. O Equador, país-sede da organização, pediu para que a situação fosse resolvida de modo consensual, para que a Unasul possa ser renovada. Frente à crise na instituição, a Bolívia negou a versão de que se tratou do abandono da Unasul por parte dos seis países, já que entende que foi uma suspensão temporária das atividades destes na instituição. Além disso, Huanacuni declarou que a responsabilidade pela alegada paralisia na Unasul e pela ausência de um secretário-geral seria da Argentina, país que ocupava a presidência pró-tempore anteriormente. Huanacuni convocou uma reunião para a designação de um novo secretário.

Fontes: [La Razón](#), 18/04/2018; [La Razón](#), 20/04/2018; [La Razón](#), 20/04/2018; [El Deber](#), 20/04/2018; [Estado de Minas](#), 20/04/2018; [La Nación](#), 21/04/2018; [El Mercurio](#), 21/04/2018; [La Razón](#), 23/04/2018; [Estado de Minas](#), 23/04/2018.

Combate à corrupção pauta a VIII Cúpula das Américas

Nos dias 13 e 14 de abril, realizou-se, em Lima, Peru, a VIII Cúpula das Américas, cujo tema central foi Governabilidade Democrática frente à Corrupção. O evento contou com a presença de representantes de 33 dos 34 países do continente. A Venezuela foi a única ausente. Há dois meses, as autoridades peruanas retiraram o convite feito a Nicolás Maduro, por considerarem seu regime antidemocrático. Além de Maduro, não compareceram à Cúpula os presidentes de Cuba, Raul Castro, e dos EUA, Donald Trump. O primeiro, prestes a deixar o cargo de líder oficial do país, preferiu enviar ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez, como seu representante. Já Trump, cancelou o que seria sua primeira viagem à América Latina, desde que assumiu a Casa Branca, em 2017, para analisar possíveis respostas dos EUA ao suposto ataque químico na Síria perpetrado pelo governo de Bashar El Assad. Na ausência de Trump, a delegação de Washington foi comandada pelo vice-presidente, Mike Pence. O principal fruto da Cúpula foi a elaboração de um comunicado conjunto que arrola mais de 50 medidas para o combate à corrupção nos países do continente. Entre as principais diretrizes mencionadas no documento, figuram: transparência e acesso à informação pública, participação da sociedade civil nas políticas governamentais, proteção da liberdade de expressão, colaboração da iniciativa privada no combate à corrupção, transparência no financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais, bem como na realização de obras públicas e compras governamentais, e fortalecimento da cooperação internacional contra suborno, crime organizado e lavagem de ativos. Além da corrupção, outros temas que receberam destaque foram a crise humanitária na Venezuela, e o assassinato de jornalistas equatorianos sequestrados por um grupo de guerrilheiros dissidentes na fronteira entre Colômbia e Equador.

Fontes: [El Comercio](#), 10/04/2018; [La República](#), 10/04/2018; [El Comercio](#), 13/04/2018; [UOL](#), 13/04/2018; [El Comercio](#), 14/04/2018; [El Comercio](#), 14/04/2018; [Folha de São Paulo](#), 14/04/2018; [La República](#), 14/04/2018; [La República](#), 14/04/2018.

BRICS organiza X Grupo de Trabalho Técnico Anual de Peritos Aduaneiros

Entre os dias 18 e 19 de abril, ocorreu a reunião de alto nível do X Grupo de Trabalho Técnico Anual de Peritos Aduaneiros dos BRICS (Brasil, Rússia,

Índia, China e África do Sul) na cidade de Durban, na África do Sul, com o objetivo de tratar sobre o estabelecimento de uma estrutura legal que permita a cooperação aduaneira entre os países do bloco. O evento foi organizado pelo Serviço de Receita Sul-Africano (SARS, em inglês) e integrou as atividades preparatórias para a X Cúpula dos BRICS, que será realizada entre os dias 25 e 27 de julho, na cidade de Johannesburgo, também na África do Sul. Ao longo do encontro, os países concordaram em fortalecer a cooperação e a assistência mútua para facilitar o comércio tanto entre os membros do bloco, como com outros países em desenvolvimento. Os países também enfatizaram a necessidade de finalizar o Acordo de Assistência Administrativa Mútua Alfandegária do BRICS, que possibilitará a movimentação ininterrupta de mercadorias entre os países-membros e aproximará ainda mais a realidade da cooperação econômica. Por fim, a reunião deliberou sobre o valor de um sistema integrado de gestão e identificação de risco não apenas para as alfândegas, mas também para fins de administração tributária.

Fontes: [SANEWS](#), 19/04/2018; [BRICS 2018](#), 19/04/2018; [Africa Prime News](#), 19/04/2018; [The Mercury](#), 20/04/2018; [IOL](#), 22/04/2018.

Militarização da fronteira leva México e EUA a novo impasse

No dia 03 de Abril, o presidente Donald Trump anunciou o envio das Forças Armadas estadunidenses para o patrulhamento da fronteira com o México. A medida teria como objetivo garantir a segurança e conter os fluxos migratórios até a construção do já anunciado muro dividindo os territórios. A decisão provocou ampla repercussão em ambos os países, levando a manifestações de diversos atores políticos e sociais. Nos EUA, a medida foi rechaçada por quatro estados. A governadora do Oregon, a democrata Kate Brown, negou o envio da Guarda Nacional, alegando estar preocupada com o que classificou como uma tentativa de militarização da fronteira com o México. Os governadores de Nevada, Brian Sandoval, e de Montana, Steve Bullock, juntaram-se ao Oregon na negativa de aderir à decisão da Casa Branca. Entre os estados que fazem fronteira com o México, o plano obteve o apoio dos governos do Arizona, do Novo México e do Texas. O último estado fronteiriço a se manifestar, a Califórnia, acatou a medida de Trump, porém impôs condições. O democrata Jerry Brown, governador do estado, aprovou o envio de 400 soldados da Guarda Nacional, mas com as ressalvas de

que o efetivo não se concentraria apenas na fronteira, e não aplicaria as leis de imigração. No México, como esperado, a repercussão foi negativa. O presidente, Enrique Peña Nieto, bem como a chancelaria mexicana, repudiaram a decisão de seu vizinho do norte, sendo acompanhados pelo Senado, e diversos prefeitos e governadores. Todos os candidatos à presidência do país uniram-se na resistência à medida, que contou também com a adesão de representantes da sociedade civil, como setores do empresariado mexicano, a igreja, as Forças Armadas e algumas universidades.

Fontes: [El Universal](#), 04/04/2018; [El Universal](#), 05/04/2018; [El Universal](#), 06/04/2018; [El Universal](#), 06/04/2018; [Milenio](#), 07/04/2018; [Milenio](#), 10/04/2018; [El Universal](#), 12/04/2018.

China anuncia criação de agência de cooperação

A República Popular da China anunciou em abril a criação de sua Agência de Estado de Cooperação para o Desenvolvimento. Embora o Ministério do Comércio e os bancos de desenvolvimento estabelecidos pela China devam manter seu papel central na implementação de projetos, a nova agência parece que atuará, segundo o anúncio feito por Pequim, na coordenação dos atores envolvidos nessa importante agenda da política externa chinesa. Manter o perfil elevado, aumentar o soft power chinês e amainar as tensões geradas pelos projetos implementados principalmente no continente africano seria os principais desafios da agência. Também merece destaque iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”, que estará no centro das atenções da política chinesa de cooperação nos próximos anos.

Fontes: [Washington Post](#), 13/03/2018; [China Development Brief](#), 16/03/2018; [Actúa](#), 01/04/2018; [Devex](#), 20/04/2018.

Turquia e Rússia anunciam construção da primeira central nuclear turca

Em 3 de abril, os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, anunciaram, em Ancara, a construção da usina de Akkuyu, a primeira central nuclear da Turquia. O objetivo do governo turco é reduzir a dependência do país sobre a importação de energia. Com previsão de início das operações de sua primeira unidade em 2023, a usina será construída pela Companhia Estatal de Energia Nuclear da Rússia (ROSATOM) e será composta de

quatro unidades, com capacidade de produzir 1.200 megawatts cada. Quando todas as unidades estiverem em operação, a central nuclear será responsável por produzir 10% da energia necessária para a Turquia. A construção da usina faz parte do plano Visão 2023 do governo da Turquia, que marca um século da fundação do Estado turco moderno. O projeto também é mais um marco do estreitamento de relações bilaterais em temas estratégicos entre a Turquia e a Rússia. Entre as iniciativas bilaterais já realizadas pelos dois países, destaca-se o acordo para a aquisição de sistema de defesa antiaérea S-400 russo pela Turquia, e os diálogos estratégicos acerca da Guerra na Síria.

Fontes: [O Globo](#), 03/04/2018; [Exame](#), 03/04/2018; [TRT](#), 03/04/2018; [Voz da Turquia](#), 04/04/2018.

Conflitos em Gaza e Palestina foram centro de tensões entre Israel e diversos atores

Em abril, o Congresso Nacional Africano (ANC, em inglês) pediu um boicote cultural a Israel, e criticou uma apresentação feita em Tel Aviv pelo artista sul-africano Nkosinathi Maphumulo, conhecido como Black Coffee. A presidenta do Comitê de Relações Internacionais do partido, Lindiwe Zulu, reforçou que o boicote seria fundamental para garantir o isolamento do que chamou de um governo de apartheid de Israel contra o povo palestino. No ano passado, na sua 54ª Conferência Nacional, o partido reafirmou sua solidariedade com a Palestina, e rebaixou a embaixada da África do Sul em Israel para um escritório de legação. A ONG Conselho Sul-Africano de Representantes Judeus (SAJBD, em inglês) criticou o Congresso Nacional Africano, partido que está no comando do governo, afirmando que o mesmo permite que a sua política externa seja dominada por radicais. A Amigos Sul-Africanos de Israel também lançou uma nota contra o governo da África do Sul. Ainda em abril, a atriz Natalie Portman, nascida em Israel, recusou-se a receber prêmio da Fundação Genesis, declarando não se sentir confortável indo a um evento público no país devido a eventos recentes. Em nota de esclarecimento, Portman afirmou que não apoiava o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. Em carta aberta à atriz, o ministro de Segurança Pública e Assuntos Estratégicos de Israel, Gilad Erdan, diz que Portman foi influenciada pela campanha do Hamas. Apesar de afirmar que não apoia

um boicote à Israel, a atriz respondeu que os maus tratos àqueles que sofrem com atrocidades não estão de acordo com seus valores judaicos, e reforçou que é seu dever levantar-se contra a violência, a corrupção, a desigualdade e o abuso de poder.

Fontes: [The Times of Israel](#), 04/04/2018; [Enca](#), 04/04/2018; [The Jerusalem Post](#), 04/04/2018; [The Citizen](#), 05/04/2018; [Folha de São Paulo](#), 20/04/2018; [The New York Times](#), 20/04/2018; [O Globo](#), 21/04/2018.

Movimento dos Países Não-Alinhados realiza encontro ministerial

Nos dias 5 e 6 de abril, em Baku, Azerbaijão, ocorreu o XVIII Encontro Ministerial do Movimento dos Países Não Alinhados (NAM, em inglês), com a participação de delegações de 120 Estados-membros, representantes de vários Estados observadores, organizações internacionais e blocos regionais. As sessões de trabalho do evento trataram, principalmente, da importância da promoção da paz e segurança internacionais para o desenvolvimento sustentável, e suas conclusões foram apresentadas ao final do encontro por meio da assinatura da Declaração de Baku pelos estados participantes. O documento final versa sobre os mais diversos temas e agendas da política internacional, porém deu uma atenção especial ao respeito ao direito internacional e à soberania, e ao compromisso dos países com o combate ao terrorismo e aos crimes transnacionais. Além disso, a declaração também condena a violência das forças israelenses contra civis palestinos que participaram da comemoração do Dia da Terra, em Gaza, em 30 de março de 2018, e reforça a urgência da comunidade internacional agir para cumprir as diversas resoluções da ONU que não reconhecem os territórios ocupados desde 1967 por Israel. Destaca-se também que, pela ocasião do centenário de nascimento de Nelson Mandela, as delegações formularam uma declaração especial em homenagem ao líder sul-africano. Entre outros pontos, o documento elogiou a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de convocar uma Cúpula de Paz em homenagem ao centenário de Mandela em 24 de setembro de 2018, em Nova York.

Fontes: [VOV](#), 04/04/2018, [SANA](#), 05/04/2018; [CEBRAPAZ](#), 05/04/2018; [Azertag](#), 06/04/2018.

Panorama sobre migrações

A Organização das Nações Unidas (ONU) destacou

no dia 24 de abril o perfil dos refugiados Rohingya que buscam abrigo em Bangladesh. A organização denominou de “viúvas refugiadas” as mulheres desta etnia que se tornaram chefes de família em razão do refúgio. Desde agosto de 2017, mais de 687 mil refugiados chegaram a Bangladesh, dos quais 31 mil são mulheres. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem buscado desenvolver ações de empoderamento e assistência, de modo a restaurar a confiança e a dignidade dessas mulheres. Na América Latina o fluxo migratório de venezuelanos tem sido a principal questão. De acordo com Roxana del Águila, gerente-geral da Superintendência Peruana de Migrações, 90% dos venezuelanos que chegam ao país são profissionais e técnicos altamente capacitados, e cerca de 36 mil indivíduos desta nacionalidade já receberam a permissão temporal de permanência. Águila reconhece ainda a necessidade de integração desses indivíduos na sociedade peruana. Em contrapartida, o presidente chileno, Sebastián Piñera, apresentou um projeto para modificar a lei migratória do país. A proposta inclui maior controle de fronteiras e agilidade no processo de expulsão daqueles que não são reconhecidos como migrantes. Em países do Norte, a dinâmica não é diferente: a Assembleia Nacional francesa adotou um projeto de lei de migrações que reduz o tempo de tramitação dos pedidos de asilo e também agiliza o processo de expulsão daqueles que não são reconhecidos. O texto ainda vai passar pelo Senado, e a extrema direita francesa já se comprometeu a fazer emendas.

Fontes: [Télam](#), 09/04/2018; [El Universo](#), 23/04/2018; [El Universo](#), 24/04/2018; [ONU](#), 24/04/2018; [Gestión](#), 26/04/2018.

Síria, Nicarágua e México em estado de alerta

A população de Duma, na Síria, sofreu um ataque químico no dia 08 de abril. O Observatório Sírio para os Direitos Humanos contabilizou pelo menos 80 mortos, e mais de 500 feridos, com sintomas que indicavam exposição à agentes químicos. O grupo rebelde Jaish al-Islam acusou Bashar al-Assad, enquanto o governo sírio e seus aliados, Rússia e Irã, negaram o ataque. Ativistas do Centro de Documentação sobre Violações na Síria registraram dois ataques com bombas, possivelmente com substâncias tóxicas, pela Força Aérea Síria. Em resposta, os EUA lançaram, com o apoio da França e Reino Unido, cerca de 40 mísseis contra o centro de pesquisas de Barzah, nos arredores

de Damasco. Direitos humanos também estão sendo violados durante os protestos na Nicarágua. As manifestações iniciaram-se após o presidente, Daniel Ortega, decretar uma reforma das leis de aposentadoria do país. Organizações de direitos humanos denunciaram a repressão e violência policial contra os manifestantes. Segundo o Centro Nicaraguense de Direitos Humanos, pelo menos 30 pessoas morreram, e outras 50 ficaram feridas. Ao todo, 120 pessoas foram agredidas e detidas, incluindo jornalistas independentes. Mesmo após o recuo anunciado pelo presidente, a população seguiu nas ruas pedindo a libertação dos manifestantes e a mudança do comando da polícia. O governo alega que os protestos foram iniciados por infiltrados interessados em desestabilizar o país. O secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu ao governo nicaraguense que garanta a proteção dos direitos humanos dos cidadãos. No México, a violência gerada pela guerra ao narcotráfico fez mais vítimas. Três estudantes de cinema foram sequestrados, mortos e dissolvidos em ácido sulfúrico por membros do Cartel Jalisco Nova Geração, um dos maiores do país. Os jovens foram confundidos com membros de uma gangue inimiga enquanto filmavam um curta-metragem. A série de mortes e desaparecimentos no país têm gerado manifestações de repúdio e protestos.

Fontes: [BBC](#), 11/04/2018; [El Pais](#), 14/04/2018; [El Pais](#), 14/04/2018; [Al-Jazeera](#), 14/04/2018; [ONU](#), 16/04/2018; [Anistia Internacional](#), 16/04/2018.

Gênero, mulheres indígenas e meio-ambiente

Em abril, ganharam visibilidade as dificuldades e desafios que as mulheres indígenas trans enfrentam na Colômbia. Essas trabalhadoras colombianas do povo emberá são pressionadas a deixarem suas aldeias por expressarem abertamente sua identidade de gênero, e por isso, sofrem assédio, punições, e são consideradas como infectadas pela “doença do homem branco” pelos outros membros da aldeia. Na região do Eje Cafetero, elas encontraram refúgio e conexão com a natureza, podendo se expressar livremente no seu tempo livre, mas são mal remuneradas: recebem apenas o equivalente a R\$125 por semana. Esta realidade social é inédita, até mesmo para as organizações que trabalham com as aldeias indígenas. Também no mês de abril, a líder afrocolombiana, Francia Márquez, ganhou o prêmio para o meio ambiente da Fundação Goldman, que contempla lideranças mundiais reconhecidas por defender a natureza e os direitos dos povos indígenas. Márquez foi responsável por

lutar contra a mineração ilegal de ouro em Cauca, na Colômbia, mobilizando mulheres negras para pressionar o governo pelo fim da extração do ouro na região. As manifestantes organizadas marcharam 350 quilômetros até Bogotá e acamparam por 22 dias em frente ao Congresso, chamando atenção do Alto Comissariado da ONU na Colômbia. Além de Márquez, outras ganhadoras que se destacaram foram a francesa Claire Nouvian, que pressionou para que a União Europeia proibisse a pesca em alto-mar; Makoma Lekalakala e Liz McDaid, na África do Sul, por interromper o acordo nuclear que seu país estava desenvolvendo junto a Rússia; e LeeAnne Walters, nos EUA, premiada por liderar um movimento que tinha como objetivo pressionar as autoridades estatais para que garantissem o acesso à água potável de qualidade.

Fontes: [El Espectador](#), 23/04/2018; [National Geographic](#), 23/04/2018; [Público](#), 25/04/2018.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

